



18 DE NOVEMBRO DE 2011
Sexta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOVOS PROJETOS DE LEIS 34.2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 45/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **COLOQUE SUA EMPRESA NA REDE**
- **AVISO PRÉVIO MAIOR VALE SÓ PARA EMPREGADO, DIZ MINISTÉRIO**
- **DECRETO APRESSA NOVO CÓDIGO FLORESTAL**
- **BC SINALIZA QUEDA DO PIB NO 3.º TRIMESTRE**
- **METALÚRGICOS ENTRAM COM 400 AÇÕES PEDINDO AVISO PRÉVIO RETROATIVO**
- **CHINESA CIEC BUSCA AMPLIAR COMÉRCIO ENTRE OS DOIS PAÍSES**
- **JUROS FUTUROS REFORÇAM EXPECTATIVA DE QUEDA NA SELIC**
- **JUÍZES TRABALHISTAS CONFIRMAM PARALISAÇÃO NO DIA 30**
- **FORD INVESTE R\$ 500 MI PARA AMPLIAR FÁBRICA DE TAUBATÉ**
- **INVESTIMENTO CHINÊS NO PAÍS MUDA E MIRA MANUFATURADOS**
- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA TRAZ REVOLUÇÃO NOS MOTORES**
- **BAHIA QUER 10% DA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS LEVES**
- **JUÍZES DO TRABALHO FARÃO GREVE**

Câmbio Em 18/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,778	1,778
Euro	2,407	2,408

Fonte: BACEN

Coloque sua empresa na rede

18/11/2011- Gazeta do Povo

Quase toda busca por produtos ou serviços começa no computador. E a tendência do consumidor é escolher as empresas que estão na rede. Dá mais credibilidade. Mas muitos empresários, especialmente os pequenos, imaginam que não têm condições financeiras para investir na criação de um site. Por isso, é cada vez mais comum encontrar no mercado produtos que favorecem a inclusão digital das empresas.

Para Marcos Uda, consultor do Sebrae no Paraná, os sites só não são mais comuns entre as pequenas empresas por questões culturais, porque o custo já não é mais um problema. "Existem diversas soluções", afirma. Ele diz que os pequenos empresários precisam estar atentos à importância de ter um site, condição essencial para fazer parte do mercado. "A empresa pode oferecer informações, falar de tendências e relacionar-se com os clientes", aponta Uda.

Luciana Bechara, dona da Be Little, já tinha um site e há quase três anos partiu para o comércio eletrônico, **51% das empresas** brasileiras com 10 a 49 funcionários têm site. O percentual sobe para 77% nas empresas com 50 a 249 funcionários e para 90% nas empresas com mais de de 250 colaboradores. Os dados são do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic).

Foi pensando nesse público que a S Mídia Publicidade e Propaganda decidiu criar o Slim Sites, um produto de custo mais acessível e de fácil gestão. Leriél Gaio e Cristiano Percicotti, sócios da empresa, e o analista de sistemas Augusto Viante trabalharam um ano e meio no desenvolvimento do produto, que está sendo oferecido no mercado desde maio. Hoje pouco mais de 30 empresas e profissionais estão usando o modelo de site desenvolvido pela S Mídia, conta Percicotti.

O cliente paga R\$ 599 e tem direito ao domínio, hospedagem por um ano e três e-mails corporativos. E o valor pode ser parcelado em 12 vezes no cartão de crédito. Segundo Leriél, normalmente a empresa gastaria de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil para desenvolver um site personalizado, valor alto para pequenos empreendedores. Além

disso, completa, teria de gastar cerca de R\$ 30 cada vez em que fosse feita alguma alteração. Com o produto da S Mídia, ele faz tudo sozinho.

Agora, Viante está trabalhando no desenvolvimento de uma versão atualizada que vai estar disponível ainda este mês. O analista de sistemas diz que hoje existem no mercado opções para criação de sites que vão do custo zero até quanto o cliente pode pagar. Para ele, o mais importante é que o site dê resultado.

Na prática

A empresária Rhadassa Carolina de Lima, 22 anos, abriu sua loja, a Mundo Pet, há um ano. No início, sem site, ela sentia dificuldade porque os clientes não tinham a oportunidade de ver os produtos e acompanhar seu trabalho. E a ideia de ter um site assustava um pouco pela necessidade de atualização constante e de como isso poderia ser feito.

Foi aí que Rhadassa conheceu o Slim Sites. Ela diz que está satisfeita com o produto. "É muito fácil de gerir, mas tenho o suporte quando sinto necessidade", conta. E o resultado já apareceu. "Sempre recebemos pessoas que conheceram a loja pela internet e já fizemos até vendas, apesar de não ter o comércio eletrônico", conta a empresária.

Usar o site para vender os produtos é outra possibilidade que se abre para as empresas que aderem a essa tecnologia. Luciana Bechara é dona da Be Little, uma fábrica de roupas para crianças de zero a quatro anos que está no mercado há dez anos. Em fevereiro de 2009 a empresa foi a segunda do país no ramo de confecções para bebês a aderir ao comércio eletrônico.

Segundo Luciana, seis meses depois do lançamento da loja virtual as vendas do comércio eletrônico representavam 4% do faturamento mensal da empresa. Hoje, respondem por 15%. A empresária diz que agora a Be Little vai se dedicar a atender os consumidores com qualidade, fidelizando clientes, ao invés de investir na expansão das vendas pela internet.

Aviso prévio maior vale só para empregado, diz ministério

18/11/2011- Gazeta do Povo

Para o Ministério do Trabalho, a nova lei que amplia o aviso prévio de 30 para até 90 dias, sancionada no mês passado pela presidente Dilma Rousseff, é válida somente no caso dos trabalhadores, e não dos empregadores. Ou seja, o funcionário que pede demissão não estaria obrigado a cumprir um aviso prévio superior a 30 dias, não importando o tempo que tenha trabalhado na empresa. É o que diz um memorando interno da Secretaria de Relações do Trabalho.

O Ministério do Trabalho confirma a existência do memorando, mas faz a ressalva de que não se trata da posição oficial da pasta. O texto seria apenas uma orientação preliminar para os servidores das superintendências regionais, e um decreto, portaria ou instrução normativa ainda pode ser publicado pelo governo para esclarecer oficialmente dúvidas sobre a nova lei.

Além da dúvida em relação à validade da nova legislação também para as empresas, não foi resolvida a lacuna do texto referente à retroatividade da lei para os trabalhadores demitidos nos últimos dois anos.

Decreto apressa novo Código Florestal

18/11/2011- Gazeta do Povo

O prazo para averbação da reserva legal das propriedades rurais – que foi prorrogado, por decreto federal, de 11 de junho para 11 de dezembro – se transformou em limite para a aprovação do novo Código Florestal, que tramita no Senado. O setor produtivo teme que os próximos 18 dias não sejam suficientes para que o texto seja aprovado pelos senadores, depois pelos deputados federais e, na sequência, sancionado pela presidente Dilma Rousseff. A Federação da Agricultura do Paraná (Faep) considera, por outro lado, que a votação pode ocorrer ainda neste mês, por isso vem orientando os produtores a aguardarem as alterações legais. O novo Código suspende o prazo para averbação, mas se não for votado, a data de 11 de dezembro continua sendo o limite para a regulamentação das áreas. A prorrogação do prazo de averbação depende de um novo decreto, recurso que vem sendo utilizado há três anos.

Os produtores rurais do Paraná que ainda não averbaram 20% de suas terras como reserva legal estão recorrendo à Faep para saber o que fazer, a três semanas do prazo final. Os técnicos informam que, quando aprovado o novo Código Florestal, a averbação não será suficiente para que a propriedade seja considerada regular. Os proprietários deverão se inscrever no cadastro ambiental rural, que vem sendo chamado de CAR, e seguir o programa de regularização ambiental, que apontará as pendências de cada caso. O programa poderá ditar o prazo de regularização dentro de um limite de duas décadas. “Cada comissão vem modificando um pouco o projeto do Código Florestal. Só teremos uma noção clara de como as coisas vão funcionar quando o projeto for a votação”, avalia Carla Beck, assessora de Meio Ambiente da Faep.

Leitura adiada

A leitura do relatório do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente do Senado (CMA), que deveria ocorrer ontem em Brasília, foi adiada para a próxima segunda-feira, apertando mais um pouco o prazo para a aprovação da matéria. A apreciação do texto do relator do projeto, senador Jorge Viana (PT-AC), foi prorrogada por causa de uma série de alterações propostas pelos parlamentares. Segundo a Agência Senado, foram apresentadas 60 emendas ao projeto. Muitas chegaram no final do dia anterior à leitura. Se for aprovado na Comissão de Meio Ambiente, o texto vai a Plenário para depois voltar à Câmara dos Deputados. A votação na CMA é esperada para os dias 22 ou 23 deste mês.

BC sinaliza queda do PIB no 3.º trimestre

18/11/2011- Gazeta do Povo

A economia diminuiu de tamanho no terceiro trimestre. Levantamento do Banco Central indica que a atividade econômica caiu 0,32% na comparação com o período entre abril e junho. Essa foi a primeira retração desde o primeiro trimestre de 2009 quando o país girava no turbilhão da crise passada. Recessão de 2009 foi mais suave, diz IBGE

A recessão enfrentada pelo país em 2009 – sob a influência da crise financeira internacional desencadeada em 2008 – foi um pouco mais suave do que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava até agora. O órgão divulgou ontem a revisão definitiva do desempenho do PIB em 2009 e mostrou que a economia recuou 0,3% naquele ano, contra -0,6% na última estimativa preliminar do IBGE.

Roberto Olinto, coordenador de contas nacionais do IBGE, explicou que é normal mudanças nas estimativas do valor adicionado produzido pela economia num ano ser revisado após a atualização e maior detalhamento de dados de diversas fontes, principalmente das empresas e seus investimentos. O técnico do IBGE minimizou a influência que uma revisão positiva do PIB de 2009 terá sobre a revisão do resultado de 2010, cujo índice de 7,5% será revisto nos próximos dias. Há a expectativa de que uma revisão para cima do resultado do ano passado possa também favorecer o resultado de 2011, que o governo que ver acima de 3%.

Revisão

O PIB industrial e o do setor agropecuário de 2009 tiveram a queda suavizada na revisão do IBGE. O primeiro ficou com índice definitivo de -5,6% em vez de -6,4% e o segundo, de -3,1% em lugar de -4,6%. O setor de serviços teve o crescimento ligeiramente reduzido, passando de 2,2% para 2,1%.

Pelo lado da demanda, a expansão do consumo das famílias foi revisada de 4,2% para 4,4%. O consumo do governo passou de 3,9% para 3,1% e a Formação Bruta de Capital Fixo, que traduz investimentos físicos, ficou em -6,7%, ante -10,3% na estimativa anterior.

A nota do Brasil em termos de competitividade subiu de 2009 para 2010, de acordo com índice elaborado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Mesmo assim, o país se mantém em 37.º lugar, em uma lista de 43, desde 2008. Segundo o diretor da Fiesp José Ricardo Roriz Coelho, boa parte dos países que compõem o índice avançou mais rápido que o Brasil nos últimos anos – foi o caso de Coreia do Sul, hoje em sexto lugar, Rússia (25.º) e China (28.º). Aumento do investimento, acúmulo de reservas e crescimento dos gastos em educação melhoraram a competitividade do Brasil, enquanto a carga tributária e a queda das exportações de manufaturas e de alta tecnologia puxaram o Brasil para baixo. A nota do Brasil – que aumentou 0,5 em 2010 – é de 24,8, num ranking em que quanto mais próximo de 100, mais competitivo.

O dado negativo era esperado. Agora, analistas aguardam o efeito da ação do governo para incentivar a economia. Se as medidas forem bem-sucedidas, o país volta a crescer. Mas, se a crise ganhar força, o Brasil pode fechar o ano em recessão.

Divulgado ontem, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) confirma a leitura da própria instituição de que, após o rápido crescimento em 2010 e a moderação no primeiro semestre, o Brasil sentiria a piora do quadro internacional de maneira mais pronunciada. A queda do IBC-Br é prenúncio de retração do Produto Interno Bruto (PIB), já que o dado é considerado uma prévia do indicador que mede o tamanho da economia.

O recuo da atividade é reflexo de indicadores como os elevados estoques das empresas e a queda na produção industrial. Nem mesmo a ligeira expansão de 0,02% em setembro ante o mês anterior foi suficiente para anular a retração de agosto, quando a economia apresentou o pior desempenho desde dezembro de 2008. "O dado confirma indicadores que sinalizavam enfraquecimento de vários setores", disse a economista-chefe do Banco Fibra, Maristella Ansanelli.

Os pátios cheios mostram que as montadoras despontam como um dos segmentos que, atualmente, mais sofrem com a crise. Além disso, o ambiente turbulento tem colocado na gaveta planos de investimentos dos empresários, o que também prejudica a demanda interna.

Recessão

A retração trimestral preocupa o governo porque é o primeiro passo para uma recessão. Como os rumos da Europa são completamente imprevisíveis e a demanda interna pode continuar patinando, há chance de o último trimestre ter nova diminuição da atividade econômica. Com temor de que o primeiro ano do governo Dilma Rousseff termine com dois trimestres seguidos de queda do PIB – situação que tecnicamente configura a recessão, o governo age para tentar reverter a situação.

Primeiro, reduziu os juros em agosto. Na semana passada, incentivou operações de crédito para consumo e, agora, estuda cortar impostos para baratear financiamentos e reduzir a obrigação que bancos têm de manter dinheiro no BC, o que elevaria a oferta de empréstimos. Para Maristella, do Banco Fibra, as ações do governo podem gerar efeito a tempo e a economia pode crescer entre 0,3% e 0,5% no último trimestre, o que afastaria a recessão.

Metalúrgicos entram com 400 ações pedindo aviso prévio retroativo

18/11/2011- Gazeta do Povo

O **Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes** protocolou nesta quinta-feira (17), na Justiça do Trabalho, 400 ações de pedido de pagamento de aviso prévio proporcional retroativo. Os processos são de trabalhadores com mais de um ano de empresa, demitidos a partir de 2009 sem justa causa e que não receberam o aviso prévio conforme a lei sancionada no mês passado.

A [Lei 12.506, em vigor desde o dia 13 de outubro](#), estabelece que os empregados demitidos sem justa causa têm direito a um período de aviso prévio que pode chegar a 90 dias. Os primeiros 30 dias qualquer trabalhador demitido sem justa causa tem direito. Além disso, cada ano trabalhado na empresa dá direito a mais três dias de aviso prévio, limitado a 90 dias.

A possibilidade do pagamento do aviso prévio proporcional está prevista na Constituição de 1988. Contudo, a falta de regras específicas sobre o assunto fez com que empresas, tradicionalmente, pagassem só 30 dias de aviso prévio aos seus funcionários demitidos.

O **Supremo Tribunal Federal** (STF) decidiu em junho que o pagamento precisava ser proporcional. A lei de outubro regulamenta como o aviso prévio deve ser calculado.

Apesar de a lei ser recente, o **Sindicato dos Metalúrgicos** entende que ela também vale para trabalhadores demitidos no passado. Por isso, a entidade está preparando ações judiciais para quem não recebeu o aviso proporcional, pedindo que o valor seja pago na Justiça.

“O direito [do aviso prévio proporcional] existe desde 1988, só não estava regulamentado”, disse o presidente do sindicato, Miguel Torres. “Como a lei permite que você questione o valor pago em uma demissão até dois anos depois de o trabalhador sair da empresa, entendemos que muitos demitidos têm direito ao aviso prévio retroativo.”

Segundo Torres, as ações protocoladas hoje são apenas parte do total que o sindicato pretende protocolar. Ele disse que mais de 2 mil trabalhadores demitidos já procuram a entidade para pedir o pagamento na Justiça. “A medida que formos finalizando a papelada, entramos com mais ações.”

O presidente do sindicato informou que não há uma previsão de quanto tempo os processos vão demorar para serem julgados. Ele disse também que, pelo fato de a lei do aviso prévio ser nova, é possível que cada juiz tenha uma interpretação sobre o pagamento retroativo. Por isso, ainda não dá para precisar quanto cada trabalhador tem direito a receber.

Chinesa Ciec busca ampliar comércio entre os dois países

18/11/2011- Valor Econômico

Uma das maiores estatais chinesas quer ampliar seu consumo de minério de ferro e de produtos de aço do Brasil. Novata em solo brasileiro, a Hangzhou Cogeneration Import and Export (Ciec), subsidiária do grupo Hangzhou Steam Turbine & Power Company, também busca contratos de fornecimento de produtos e serviços para projetos do pré-sal, da indústria naval e do setor ferroviário.

"Esperamos vender mais produtos do Brasil para a China e para o mundo. Não só minério de ferro, mas também semi-acabados", disse ao **Valor** o presidente mundial da Ciec, Jiang Yuan Qing, durante visita a Belo Horizonte esta semana.

Placas, tarugos (barras) e metais como silício, cobre e manganês são alguns dos itens que a empresa diz ter interesse. Nos primeiros seis meses de atuação no país, a trading comprou 40 mil toneladas em produtos de aço de siderúrgicas como CSN, Gerdau e Usiminas, entre outras. Mas ainda não fechou nenhum embarque de minério de ferro. A estatal, cuja filial brasileira começou a operar em maio em Belo Horizonte, está em busca de fornecedores da commodity no país.

Nas palavras de Daniel Reis, ex-diretor da ArcelorMittal e hoje presidente da Ciec no Brasil, a empresa chinesa quer ocupar um espaço que ainda pertence a grandes tradings ocidentais. "O que a Ciec quer é comprar direto dos fornecedores. Temos dinheiro e temos mercado. Para que pôr uma trading no meio?" A estatal, segundo seus executivos, está entre as dez maiores tradings da China.

Pequim possui 51% da Ciec e o restante está nas mãos de investidores privados. O grupo ao qual pertence é 100% estatal. E graças ao Estado dispõem de uma linha de crédito de US\$ 3,5 bilhões. "Isso nos permite pagar os nossos fornecedores em 24 horas. Um dos problemas das tradings europeias é que elas dependem de tramitação mais lenta até que o pagamento chegue ao cliente final", disse Reis.

A expectativa de negócios da empresa (com suas seis subsidiárias pelo mundo) é, segundo Jiang, fechar o ano tendo importado 13 milhões de toneladas métricas de minério de ferro, carvão e gusa (dos quais 11 milhões só de minério) e mais 4 milhões de toneladas métricas de produtos de aço. Seus dois maiores fornecedores de minério são a Rio Tinto e a BHP Billiton, ambos na Austrália. Da Vale terão sido 1 milhão de toneladas - por intermédio de tradings.

Quanto às exportações de produtos de aço este ano, a previsão de Jiang é que a empresa chegue a 1,2 milhão de toneladas métricas. Os destinos principais são países asiáticos entre eles Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Índia. EUA e Europa representam atualmente mercados menores para a empresa. Outros 2,8 milhões de toneladas deverão abastecer até o fim do ano somente o mercado chinês.

Mesmo com uma desaceleração da atividade econômica prevista para ocorrer na China e em grande parte das economias pelo mundo no ano que vem, Jiang não acredita na retração da demanda por minério de ferro e produtos de aço. "Nossas vendas devem se manter no nível deste ano", disse. "A economia da China está em bom estado até agora. O Produto Interno Bruto, segundo algumas estimativas, deve crescer 9,2% este ano e 9% em 2012."

Muitas empresas chinesas que exportam produtos de aço ainda não se recuperaram da crise de 2008. As exportações este ano devem ficar em 40 milhões de toneladas métricas, ante os 80 milhões de 2007. Mas Jiang vê um movimento que poderá ajudar a demanda. "A China está fazendo um grande ajuste de seu setor industrial e isso continuará no próximo ano com o objetivo de melhorar o parque. Algumas empresas vão desaparecer, mas outras vão crescer."

De acordo com o executivo, a escolha do Brasil como sede de uma das subsidiárias (as outras são em Hong Kong, Singapura, Coreia, Dubai e Vietnã) tem o propósito de, além de facilitar a compra de matéria-prima e semi-acabados do país, abrir mercados para produtos e serviços chineses. "Queremos promover os serviços e produtos do grupo [ao qual pertencem], como máquinas, turbinas a vapor e construção naval", disse o executivo. "Nossa companhia pode ser parceira na área de fornecimento de alguma empresa no setor do pré-sal, por exemplo", continuou ele. "Queremos reforçar a venda de produtos de aço no Brasil."

A empresa olha possíveis oportunidades de negócios para seus serviços e produtos envolvendo estaleiros, plataformas e linhas férreas, acrescentou depois o executivo brasileiro da empresa.

A Ciec faturou US\$ 5,5 bilhões no ano passado. O grupo ao qual pertence, e que tem ao todo 18 subsidiárias, faturou US\$ 9 bilhões. Jiang veio ao Brasil em uma comitiva organizada pelo banco chinês Citic e o espanhol BBVA - viagem que incluiu uma parada no México.

Juros futuros reforçam expectativa de queda na Selic

18/11/2011- Valor Econômico

Os contratos de juros futuros voltaram a perder prêmio de risco na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Além do sinal externo, a economia local também dá suporte a essa visão do mercado de Selic de um dígito em 2012.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) sugere contração do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, o que reforça a tese de novas reduções na taxa básica de juros. O índice mostrou contração de 0,32% frente ao segundo trimestre. Já na variação mensal, o IBC-Br teve elevação de 0,2% sobre agosto, resultado em linha com consenso, embora existissem algumas previsões de contração.

Segundo o sócio da Mercatto Investimentos, Gabriel Goulart, a ideia que move o mercado é de que os juros vão seguir caindo enquanto persistir esse ambiente de grande incerteza externa e atividade local mostrando sinais de desaceleração.

"A linha é essa mesmo, não tem nada muito diferente disso para se colocar no preço", diz Goulart.

Para o gestor, o que dá para falar com algum grau de certeza é que o Comitê de Política Monetária (Copom) não será muito agressivo no ritmo de ajuste. Dedução que é possível fazer em função das recentes declarações do presidente do BC, Alexandre Tombini, sobre os "ajustes moderados" na taxa de juro.

Veja abaixo a variação dos principais contratos de juros futuros na BM&F, antes do ajuste final de posições:

Vencimento	Taxa (%)	Variação em p.p.	Mínima (%)
Dezembro 2011	11,37	-0,01	11,37
Janeiro 2012	11	0	11
Julho 2012	10,19	-0,04	10,19
Janeiro 2013	9,93	-0,04	9,92
Janeiro 2014	10,17	-0,06	10,16
Janeiro 2015	10,50	-0,09	10,50
Janeiro 2016	10,71	-0,04	10,70
Janeiro 2017	10,78	-0,08	10,76

Até as 16h10, foram negociados 1.136.773 contratos, equivalentes a R\$ 104,48 bilhões (US\$ 58,78 bilhões), queda de 9% sobre o registrado no pregão anterior. O vencimento janeiro de 2012 foi o mais negociado, com 357.009 contratos, equivalentes a R\$ 35,23 bilhões (US\$ 19,82 bilhões).

Ford investe R\$ 500 mi para ampliar fábrica de Taubaté

18/11/2011- CIMM

Dando sequência do ciclo de investimentos no Brasil, a montadora anunciou um aporte de R\$ 500 milhões para ampliar a capacidade de produção de sua fábrica em Taubaté (SP).

A Ford anunciou que vai aumentar a sua capacidade de produção para 500 mil motores Sigma e 520 mil transmissões por ano.

A fábrica de Taubaté responde hoje pela produção dos motores Zetec RoCam e da família Sigma, de última geração, e atende tanto o mercado brasileiro e América do Sul quanto a América do Norte.

O aporte anunciado nesta segunda-feira (14/11) é adicional aos R\$ 600 milhões anunciados em 2008 para o início da produção dos motores Sigma.

Segundo Marcos de Oliveira, presidente da Ford Brasil e Mercosul, o investimento "reitera a disposição da companhia em continuar crescendo no Brasil".

O novo aporte é anunciado no momento em que a Ford comemora um marco histórico na fábrica de Taubaté: a produção de 10 milhões de motores e transmissões.

Empregos

Para dar conta do aumento da capacidade produtiva, a montadora vai contratar cerca de 500 trabalhadores, que vão se unir aos 1,7 mil empregados que atuam na planta atualmente.

O ciclo de expansão e a abertura de novas vagas estavam previstos em um acordo firmado entre a montadora e o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, em meados de setembro.

Investimento chinês no país muda e mira manufaturados

18/11/2011- CIMM

Os investimentos chineses no Brasil mudaram de perfil em 2011. Enquanto no ano passado, 85% dos US\$ 19 bilhões anunciados para o país estavam ligados a commodities (segundo levantamento feito pelo Valor em fevereiro), de janeiro a outubro deste ano, dos US\$ 7,14 bilhões anunciados, 74% foram destinados a manufaturas, semi-manufaturas e pesquisa e desenvolvimento. O montante, dividido em 16 projetos anunciados até outubro, figura em levantamento que será divulgado hoje pelo Conselho Empresarial Brasil-China.

O setor que mais atraiu a atenção dos chineses foi o automotivo, com as empresas JAC, Foton, Shineray, Changan/Haifa e Lifan planejando se instalar no país. De acordo com o levantamento, serão gastos US\$ 3,12 bilhões pelas companhias deste segmento. Para os setores de telecomunicações e eletroeletrônicos os planos das companhias chinesas no Brasil envolvem US\$ 892 milhões, cada um. Mineração, agronegócio e energia (gás e petróleo), que tiveram preponderância nos investimentos anunciados no ano passado, somam US\$ 1,33 bilhão neste ano, representando 18,75% do total.

A maioria desses investimentos (62,5%) são de projetos novos e chegam para ampliar o parque industrial. A Foxconn, empresa de eletroeletrônica, foi a responsável pelo anúncio de maior volume até outubro: US\$ 3 bilhões em fábrica que será construída em Jundiaí, no interior de São Paulo, para montar, entre outros, produtos da Apple. Por enquanto, a empresa alugou galpões industriais na cidade.

O solo paulista foi o destino de 37,5% de todos os investimentos anunciados pelos chineses, seguidos pela Bahia (12,5%). Ainda segundo o levantamento, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Amazonas receberão, cada um, US\$ 446 milhões. Um quarto do montante ainda não teve local definido quando o projeto foi anunciado.

Na mesma edição da Carta Brasil-China em que divulga os dados do investimento, a entidade dedica uma seção especial ao professor Antonio Barros de Castro, um dos pioneiros e mais competentes conhecedores das relações sino-brasileiras, falecido em agosto deste ano.

Eficiência energética traz revolução nos motores

18/11/2011- Newsletter Automotive Business

Apenas Honda e Toyota responderam o questionário enviado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em recente pesquisa sobre eficiência energética dos veículos comercializados no Brasil. O levantamento, que incluiu onze das principais marcas no ranking de vendas do primeiro semestre, recorreu a informações do mercado, canais de atendimento das empresas e websites para, afinal, concluir que os produtos locais estão longe de atender as expectativas no aproveitamento dos combustíveis.

O envelhecimento de nossos motores explica a relutância dos fabricantes em oferecer informações sobre eficiência energética, tema considerado relevante no MDIC e no ministério da Ciência e Tecnologia. Existe, nos ministérios, a intenção de promover a novo patamar o estágio tecnológico dos produtos automotivos locais, com maior rendimento do powertrain e redução de emissões.

Os fabricantes já sabem desse aperto na legislação e se preparam para responder às novas exigências, que podem ser atendidas voluntariamente e, em segunda fase, marcadas por obrigações e padrões rígidos a serem conhecidos publicamente. Há também aspectos concorrenciais em jogo, como evidencia a contratação do ex-ministro do Desenvolvimento e agora consultor Miguel Jorge pela Abeiva, associação dos importadores sem fábricas no Brasil, para tirar da gaveta o projeto de tributação de veículos baseada na eficiência energética e emissões de CO₂. A explicação para esse interesse é simples: carros importados de bom nível têm motor eficiente.

Todos os fabricantes de motores estão empenhados em projetos de modernização, com a introdução de tecnologias de injeção direta, turboalimentação, comandos de válvulas mais eficientes, redução de atrito, start stop e outros recursos já disponíveis em carros importados de alta performance. Esse desenvolvimento é feito em segredo, já que o powertrain é considerado core business das marcas, e há poucas informações disponíveis a respeito.

Downsizing

Sabe-se que os novos motores se enquadrarão à tendência internacional de downsizing, ficando mais compactos e eficientes. Uma das regras será a opção por 3-cilindros, com blocos de ferro ou alumínio, considerados adequados na faixa de 0.8 a 1.2 litro.

A PSA Peugeot Citroën avança rápido nessa direção, com opção de injeção direta ou turboalimentação em 1.2 litro, com bloco de alumínio. A Ford não fica atrás e acaba de anunciar R\$ 500 milhões para a linha do Sigma, em Taubaté, SP, que na verdade beneficiará a produção do compacto Fox, 1.2 litro e 3-cilindros, provavelmente com bloco de ferro.

A Fiat chegou a avaliar o uso do 2-cilindros avançado que emprega na Europa, com o sistema Multiair, mas seu New Small Engine deve ter 3 cilindros, com capacidade de 1.0 e 1.2 litro. O bloco? Se for de alumínio representaria uma absoluta novidade para as marcas Fiat e Alfa Romeo, que utilizaram até hoje apenas blocos de ferro. Embora Cledorvino Belini, presidente da Fiat Chrysler América do Sul tenha admitido a construção de uma fábrica de motores em Pernambuco, junto à nova fábrica, a empresa não chegou ao programa definitivo, que pode ou não ter uma fundição em Goiana.

A Volkswagen trabalha ativamente no desenvolvimento local da família EA 211, que trará versões 1.0, 1.4 e 1.6 litro. Para alinhar a plataforma globalmente, é possível que os blocos sejam de alumínio e os projetos incluam recursos de turboalimentação e injeção direta. Os motores serão montados na unidade de São Carlos, SP. Na Alemanha a marca fabrica propulsor 1.2 de 3 cilindros aspirado e 1.2 TSI de 4 cilindros; o 1.4 alemão de 4 cilindros é TSI.

Diesel e elétricos

Os responsáveis pelo powertrain dos novos veículos têm outros desafios a enfrentar. Um deles é a oferta de veículos com propulsor diesel que se enquadrem na legislação atual. Seria o momento adequado para incentivar a comercialização de jipes e SUVs que dependem da disponibilidade de combustível limpo, S50? É possível confiar na agilidade da ANP e da Petrobras para estender uma rede de postos com bombas de diesel S50, indispensável aos motores Euro 5, que atenda às expectativas de proprietários de carros a diesel e frotistas de caminhões leves, como os VUCs?

Caberá ao governo, em paralelo à criação das bases para uma política de eficiência energética, desenvolvimento tecnológico e inovação, definir o que pretende de fato no campo de veículos híbridos e elétricos. Mitsubishi, Renault Nissan e Toyota já manifestaram a intenção de estabelecer bases locais no campo da eletrificação, mas só o farão com regras claras e incentivos apropriados para trazer o I-MiEV, Leaf, Prius híbrido e outros modelos.

A própria Fiat Automóveis deixou claras as dificuldades enfrentadas para montar cinquenta unidades do Palio Weekend elétrico e atender programa da Itaipu

Binacional. Outras iniciativas locais, sem futuro promissor no cenário atual, dependerão de programas concretos e com propósitos definidos, em mercado claramente favorável ainda ao powertrain flex.

IPI equivalente ao de veículos com motor de um litro, eliminação de restrições à circulação em grandes metrópoles, IPVA favorável (em São Paulo e Rio de Janeiro veículos a gas ou etanol puro pagam apenas 3% do valor) e facilidade na importação de componentes sem similar nacional seriam apenas algumas das possibilidades para alimentar iniciativas na área de elétricos. Na aquisição haveria, ainda, um desconto por conta da inovação e benefício ao meio ambiente, equivalente ao praticado em países europeus, Estados Unidos e Japão.

Bahia quer 10% da produção de veículos leves

18/11/2011- Newsletter Automotive Business

O governador baiano Jaques Wagner está empenhado em surfar na atual onda de investimentos do setor automotivo no Brasil. O objetivo é trazer para o Estado ao menos um décimo da produção de veículos leves até 2016, o que significa fabricar de 450 mil a 500 mil carros por ano – hoje o Estado responde por quase 6% do total de automóveis produzidos no País. “Os investimentos previstos para o setor nos próximos cinco anos beiram a casa de US\$ 2,5 bilhões, incluindo-se nessa conta a ampliação e instalação de montadoras de automóveis, motocicletas e fabricantes de componentes”, comemora Wagner, que na última quarta-feira, 16, deu mais um passo nesse sentido, ao assinar o protocolo de intenções para a instalação da fábrica da JAC em Camaçari, em um investimento de R\$ 900 milhões bancado em 80% pelo empresário Sergio Habib, do Grupo SHC, hoje importador da marca no Brasil.

A fábrica da Ford, já há dez anos em Camaçari, atualmente passa por um plano de expansão que deverá ampliar sua capacidade de 250 mil para 350 mil unidades/ano. Assim não deverá ser difícil para a Bahia atingir os 10% da produção nacional até 2014, pois a unidade da JAC/SHC abrirá as portas em 2014 com potencial inicial de 100 mil veículos/ano em dois turnos, com bastante espaço para crescer – tanto em mais um turno de trabalho como em terreno, pois a planta terá 150 mil metros quadrados em uma área de 5 milhões de metros quadrados.

Embora Wagner ainda não confirme, a intenção é ir além dos 10% da produção nacional caso suas gestões sejam bem-sucedidas. A fábrica da JAC veio sem os mesmos generosos incentivos tributários concedidos à Ford, mas o governador vem se reunindo frequentemente com integrantes do governo e já pediu à presidente Dilma Rousseff reabertura do regime que, entre outros benefícios, praticamente garante a isenção total de IPI para fábricas que quiserem se instalar no Nordeste. Além dos incentivos, o governador também conta com o próprio crescimento do mercado nordestino e especialmente do baiano para atrair mais montadoras ao Estado, que hoje responde por um terço da atividade econômica do Nordeste. Habib calcula que somente a capital baiana, Salvador, em breve se tornará o terceiro maior mercado de veículos do País. "Hoje são vendidos 6,5 mil carros por mês na cidade, mas nos próximos anos esse número deverá subir para 14 mil, o mesmo volume do Rio de Janeiro e à frente de Belo Horizonte", projeta o empresário.

O governo baiano também já dá como certo o anúncio, no próximo mês de dezembro, de um plano de flexibilização da nacionalização de peças e redução do IPI de carros importados para as montadoras que já se decidiram por investimentos em plantas no País. Segundo comunicado distribuído a jornalistas durante a cerimônia que confirmou a fábrica da JAC em Camaçari, "o esboço do regime automotivo já foi apresentado à presidente Dilma Rousseff pelo ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento), que obteve sua aprovação". A ideia, de acordo com fontes próximas às negociações, é adotar prazos para o cumprimento de metas pré-estabelecidas para instalação de fábricas, operações industriais e nacionalização de componentes. Quem cumprir todos os objetivos receberia de volta o IPI recolhido a mais sobre veículos importados de fora do Mercosul e México.

Mais fornecedores a caminho da Bahia

De olho no movimento de expansão acelerada do setor automotivo na Bahia, alguns fornecedores de componentes e insumos já anunciaram investimentos no Estado. O governo baiano informa os seguintes investimentos:

- A gigante canadense **Magna** irá investir US\$ 35 milhões para instalar em Camaçari uma planta da divisão Cosma, que produz sistemas de carroceria e chassis automotivos. A fábrica terá 21 mil m² e deve empregar 300 pessoas diretamente.
- A multinacional alemã **Basf** investirá US\$ 800 milhões em uma planta no Polo Industrial de Camaçari para a produção em escala mundial de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes (SAP). Diversos desses insumos são utilizados pela indústria automotiva em resinas para plásticos de engenharia, tintas, ceras, polimentos, adesivos, revestimentos de cabos e fios e tubos para proteção de eletroeletrônicos, entre outros.
- A **DurolineTec** vai instalar na Bahia a primeira fábrica de fibra de carbono do Hemisfério Sul, ocupando área de 270 mil m², com investimento de US\$ 150 milhões no Polo Industrial de Camaçari para a produção de 17 mil toneladas/ano e mais 1,2 mil toneladas/ano de tecidos impregnados.
- O grupo **Ítalo Lanfredi** anunciou este ano investimentos de US\$ 70 milhões para produzir peças fundidas e usinadas para a indústria automotiva em Camaçari. Será a primeira grande fundição voltada para o setor na Bahia, com capacidade para produzir 48 mil toneladas/ano a partir de 2013, quando entrar em operação.

Polo de pneus

Se ainda falta trazer mais fornecedores de diversos componentes para tornar a Bahia, de fato, um polo automotivo completo, ao menos o fornecimento de pneus parece

garantido. Segundo o governo baiano, desde a instalação da Ford, o segmento já atraiu mais de US\$ 900 milhões em investimentos, transformando a Bahia no maior produtor de pneus do País, com 40% dos volumes produzidos.

Em Camaçari estão localizadas grandes e modernas fábricas da Continental e Bridgestone/Firestone, inauguradas em 2006 e 2007, respectivamente. Já a Pirelli está desde 1986 em Feira de Santana. Por causa das três fábricas, a Columbian Chemicals, fornecedora da matéria-prima básica para a produção de pneus, também se instalou no Estado, em 2007, com investimento de US\$ 75 milhões.

Juízes do trabalho farão greve

18/11/2011- Valor Econômico

Os juízes do trabalho confirmaram uma paralisação nacional, no dia 30, para pressionar o governo por um reajuste salarial de 22%. Os magistrados defendem o aumento do teto do vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passaria dos atuais R\$ 26.700 para R\$ 32.570 - elevando, como consequência, o subsídio de toda a magistratura. O salário inicial dos juízes trabalhistas é, atualmente, de R\$ 21.600.

"Estamos focando o dia de paralisação mais como um alerta, uma advertência, porque nossa pauta não está andando entre os poderes", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant'Anna. Até o momento, o governo demonstrou-se disposto a conceder um aumento de 5,2% no subsídio dos ministros do STF, mas os magistrados ficaram insatisfeitos.

Os juízes trabalhistas já haviam anunciado a intenção de fazer um dia de greve, juntamente com os juízes federais, no dia 30. A decisão foi confirmada ontem, em reunião do Conselho da Anamatra, depois que a entidade obteve o aval das seccionais de todo o Brasil.

De acordo com a Anamatra, a paralisação atingirá 3,6 mil juízes trabalhistas e suspenderá cerca de 20 mil audiências. Os magistrados argumentam que não se trata de pedir aumento salarial, mas uma recomposição de perdas inflacionárias acumuladas desde 2006.

Departamento de Assistência Sindical - DAS

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná